

# Práxis ética: horizontes de ação, valores hegemônicos e reflexão crítica na sociedade burguesa

Alexandra A. L. T. S. Eiras\*  
Camila Ramos Nascimento\*\*

## Resumo

Apresentamos os resultados da pesquisa “A práxis ética e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa”, realizada com discentes do curso de Serviço Social, vinculadas ao “Apoio Estudantil” (dezembro/13 a abril/14). Realizamos uma aproximação aos horizontes de ação e aos valores ético-morais aprendidos pelas discentes em sua trajetória/história de vida, relacionando esses conteúdos às escolhas/decisões efetivadas por elas, face às alternativas existentes.

**Palavras-chave:** práxis ética; etica profissional; serviço social

## The ethical praxis and ethical-political project of social work: questioning the action alternatives in the face of bourgeois sociability

## Abstract

We present the results of the survey "The ethical praxis and Ethical-Political Project of Social Work: questioning the action alternatives in the face of bourgeois sociability", performed with students from the Social Work, linked to the "Student Support" (the december/13 april/14). We approached the horizons of action and ethical and moral values learned by the students in their life story, relating to choices / decisions effected by them, face to existing alternatives.

**Keywords:** ethical praxis; professional ethics; social work.

Recebido em: 14/03/2016  
Aprovado em: 22/06/2016

---

\*Professora Associada da FSS/UFJF, coordenadora da pesquisa “A práxis ética e o projeto ético-político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociedade burguesa”: alexandra.eiras@ufjf.edu.br

\*\*Assistente Social graduada pela UFJF.

## Introdução

O tema deste trabalho resulta da inserção acadêmica como docente da disciplina “Ética e Serviço Social” na graduação. A formação acadêmica pretendida por nós que compartilhamos das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS supõe um investimento na construção de sujeitos profissionais<sup>1</sup>, capazes de reflexão crítica e de escolhas conscientes. Tal perspectiva coloca-nos o desafio de contribuir para a formação dos discentes nessa condição de sujeitos, capazes de escolhas, diante de alternativas.

Esse desafio existe tendo em vista a formação social dos indivíduos na sociedade burguesa. De acordo com Mauro Iasi (2006), sustentado na argumentação de Elias (1994), a sociedade burguesa desenvolveu um processo acentuado de individuação e especialização “que distancia os seres humanos dos laços diretos presentes no clã, na tribo, nas sociedades agrárias e outras manifestações” (IASI, 2006:187) caracterizadas por laços presenciais e diretos fundamentados na relação do grupo enquanto coletividade. Na sociedade burguesa, houve uma especialização-individualização “acompanhada de uma autoimagem bipartida em uma realidade interna (eu) e externa (os outros, a sociedade, a objetividade)” (IASI, 2006:188). Assim, “na escala social de valores, a independência e autonomia assumem um papel central” e o “ideal dos membros desta sociedade” passa a ser cada vez mais tornar-se diferente dos seus semelhantes, produzindo uma “sociabilidade em constante tensão e disputa pelas oportunidades” (IASI, 2006:188). Tendo consciência ou não, as pessoas tornam-se competitivas, buscando sua autoafirmação, destacando-se dos seus semelhantes, considerados, nesse processo, como adversários em disputa. Para o autor, “esse comportamento não aparece simplesmente nos indivíduos quando entram no mercado de trabalho” (IASI, 2006:189), constituindo-se em um comportamento, “aprendido, produzido no indivíduo”. Nessa direção, o autor também afirma que “em uma sociedade de indivíduos encapsulados, a consciência imediata só pode assumir a forma de uma consciência do eu. A ação sobre o mundo, a trajetória pessoal, a escolha da profissão, as experiências traumáticas ou edificantes, os acidentes, tudo, enfim, é visto como uma espécie de sina pessoal” (IASI, 2006: 207).

No cotidiano da formação acadêmica (“sala de aula”) observamos a tensão entre a consciência imediata permeada por nossa inserção individual nessa sociedade e a nossa possibilidade de autoconstrução enquanto sujeitos éticos, na perspectiva que nos coloca Barroco. Para a autora (BARROCO, 2001: 19), “a ética é uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social”. É a capacidade de “agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser

livre”. Nesse sentido, a ação ética (ou a práxis ética) objetiva-se como “uma ação prática dos sujeitos conscientes em seu exercício de liberdade e deliberação social” (BARROCO, 2001: 63). “É um processo de generalização, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas”, ou seja, “a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social” (idem).

Os discentes trazem, em si, na sua individualidade, o conjunto de valores hegemônicos da sociedade burguesa. O modo de ser, ou o comportamento apreendido por eles está permeado pelas estratégias de competição, diferenciação e busca de autonomia individual. Desse modo, a disciplina “Ética e Serviço Social” ocupa um espaço necessário para o exercício da reflexão ética, no intuito de construção do sujeito profissional.

Nesse sentido, tornou-se relevante, compreender os horizontes de ação e a possibilidade de reflexão crítica posta ao indivíduo na sociedade burguesa, como condição de ruptura com os valores hegemônicos, bem como **possibilidade de projeção de novos horizontes de ação e construção de novas alternativas.**

Identifiquei, a partir da análise de autobiografias publicadas no Brasil, duas categorias relacionadas com a práxis ética e com a liberdade de ação dos sujeitos: **o horizonte de ação e a reflexão consciente e crítica como condição para a apropriação/criação das alternativas possíveis para a ação do sujeito na realidade.** (EIRAS, 2013).

O que denominamos horizonte de ação envolve a percepção do indivíduo acerca das alternativas, como uma mediação necessária à realidade. O psicólogo social Kurt Lewin (judeu-alemão radicado nos EUA) elaborou nas décadas de 1930 e 1940 o conceito de “ideologia de ação”. Nesse caso ele comparava a “ideologia de ação” à percepção física, se o indivíduo percebe de um modo particular o seu “campo de ação” ele age a partir dessa percepção. Em seus artigos, Lewin (s/data) analisa a possibilidade de alteração na “ideologia de ação” na relação do indivíduo com o(s) grupo(s) social (is), vinculada a alterações socioculturais e no padrão de comportamento dos indivíduos “mediado” pela alteração em seus valores. Mas o autor não analisa o conteúdo contraditório presente na formação social do indivíduo e sua particularidade na sociedade burguesa.

Observei que o horizonte de ação é construído na inserção do indivíduo na sociedade, e que essa inserção é mediada pela assimilação do complexo de valores ético-morais existentes objetivamente na sociedade (LUKÁCS, 2011). Assim, o complexo de valores ético-morais é apropriado individualmente pelos sujeitos. Por sua vez, o conjunto de valores ético-

morais que se destaca por ser hegemônico em uma sociedade concreta é aquele que promove, com relativa eficácia, o processo de integração dos indivíduos face às exigências de reprodução social (LESSA, 2009; COSTA, 2012). A integração dos indivíduos ao processo de reprodução social hegemônico permite-lhes garantir os meios de sobrevivência na sociedade. Na criança, desde o seu nascimento, pela mediação da família (IASI, 2006) estão postos no horizonte de possibilidades, as expectativas e os valores ético-morais hegemônicos, aqueles que irão propiciar a sua inserção nessa sociedade, mediando o aprendizado das competências e habilidades que lhe serão requeridas, às quais ela terá que responder, ainda na infância e, principalmente, na vida adulta (EIRAS, 2013).

Tal vinculação entre horizonte de ação e valores hegemônicos limita (mas não impossibilita) a condição do sujeito no âmbito da reflexão consciente e da apropriação/criação de alternativas diferentes daquelas hegemônicas. Efetivamente, a liberdade humana é a realização de possibilidades e criação de novas alternativas (LUKÁCS, 2011; LESSA, 2009; COSTA, 2012). A liberdade é também uma projeção de (novos) horizontes.

Assim, a liberdade humana em sua potencialidade, implica na capacidade de o sujeito (individual e coletivamente) agir a partir da apreensão das alternativas existentes, o que envolve uma qualidade de consciência em relação às alternativas existentes (socialmente) e a projeção de horizontes para a ação em sua dimensão individual e coletiva (**reflexão crítica**). Desse modo, a reflexão crítica envolve a dimensão ética, quando inclui o questionamento sobre a posição valorativa das alternativas existentes e os horizontes que projeta para o conjunto dos indivíduos, bem como ao considerar a necessidade de construir novas alternativas para a existência ética desses indivíduos (exercício efetivo da liberdade, da alteridade, da autonomia, da cidadania, da reflexão, da proposição, da crítica etc.).

No cotidiano da sociedade burguesa, a ruptura com valores e horizontes de ação assimilados na infância é uma possibilidade objetiva posta aos indivíduos. Trata-se de um processo onde a reflexão sobre a história individual torna-se um dos elementos que acompanham a “transformação” individual, ou a adoção de uma “nova forma”, de um “novo padrão” para a ação. A liberdade individual revela-se nesses processos, assim como a autonomia dos sujeitos em “construir-se a si mesmo”, tornando-se “independentes” da herança familiar/social recebida (alteração de crenças, de valores, adoção de modos diferentes de viver, alteração de status social etc.). Nessa inserção cotidiana a sociedade aparece como um conjunto de objetivações estranho ao indivíduo; e como oposição a ele. Ou seja, a

sociedade é percebida como limite à liberdade individual, entendida como imposição de regras que restringem as aspirações individuais.

Nesse sentido, embora o indivíduo represente-se na condição de indivíduo livre, efetivamente, em suas ações, ele se apresenta (majoritariamente) também como cético (ou mesmo “cego”) em relação à possibilidade de construir novas alternativas no âmbito social/coletivo. Sem o reconhecimento da “possibilidade” de alterar as condições que afetam a sua existência, a liberdade individual é restringida ao que está posto objetivamente como alternativa. Desse modo, o indivíduo submete-se tão evidentemente às objetivações presentes (resultado das ações históricas empreendidas pelos sujeitos coletivos, pelas classes sociais etc.), movimentando-se restritamente dentro das “oportunidades” (alternativas) construídas nessas sociedades, que nega a possibilidade de outros projetos e de novas alternativas sociais, a serem construídas coletivamente. Nega o próprio caráter coletivo de sua construção individual.

A reflexão ética na sociedade burguesa inicia nesse nível da consciência social expressa pelos indivíduos, trilhando o percurso que recupera a existência social dos mesmos, sua formação social a partir das posições valorativas presentes nas alternativas postas a eles, e do conjunto de valores internalizados e aprendidos por eles em sua inserção social. Repondo, nesse processo, a possibilidade de ruptura com os valores hegemônicos pela reflexão crítica e pela ação ético-política, ambas empreendidas pelo sujeito ético.

Neste trabalho apresentarei os resultados da pesquisa “A práxis ética e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa”<sup>2</sup>, realizada com discentes do curso de Serviço Social, vinculadas ao “Apoio Estudantil”.

Na seção seguinte (item 2), exporemos a lógica de desenvolvimento da pesquisa e as informações referentes ao horizonte de ação e aos valores assimilados/aprendidos pelas discentes em sua trajetória/história de vida. Apresentaremos nossas considerações finais no item 3.

## **Horizontes de ação e valores comuns às discentes de serviço social**

O objetivo central dessa pesquisa foi analisar as questões que atravessam a possibilidade de construção do sujeito ético-profissional no âmbito da formação em Serviço Social. Era necessário como primeiro procedimento, identificar as mediações presentes na formação social dos discentes que se inserem em nosso curso. Duas mediações apresentaram-

se como relevantes: discentes vinculados às famílias oriundas da classe trabalhadora (não detém os meios de produção e necessitam vender a sua força de trabalho) e crescentemente (numericamente), discentes vinculados ao Apoio Estudantil, atendendo aos critérios de renda per capita, inserção anterior em escola pública e/ou inserção étnico-racial.

O segundo procedimento foi definir a forma de abordagem em relação aos discentes. Trata-se de uma pesquisa onde a abordagem qualitativa permite identificar os conteúdos que atravessam a formação social dos discentes, mas cujas informações não poderiam ser construídas a partir de questionários ou de entrevistas individuais. Vimos necessidade de construir uma abordagem coletiva, que possibilitasse a reflexão e o debate acerca do tema. A estratégia de grupo focal foi então adotada, com uma adaptação importante: trabalhar uma sequência de temas, com o cuidado de construir um espaço coletivo que permitissem aos participantes a exposição de conteúdos referentes à sua história familiar/individual. Desse modo, o número de participantes precisaria se restringir no máximo a dez discentes, para viabilizar a realização do trabalho. Essa escolha exigiu um posicionamento ético explícito junto aos participantes quanto às intenções da pesquisa e as propostas de elaboração de trabalhos e artigos acadêmicos uma vez que as questões a serem discutidas e analisadas envolveriam a própria história de vida deles.

Definimos então, que os participantes seriam discentes inseridos no Programa de Assistência Estudantil, na modalidade manutenção. Nessa modalidade, os discentes recebem o auxílio financeiro na condição de participarem de projetos acadêmicos por 12 horas semanais (contrapartida exigida institucionalmente). Após a apresentação da proposta e de sua aceitação pela Assistente Social vinculada ao referido programa responsável pelo encaminhamento dos discentes aos projetos cadastrados, solicitamos que fossem encaminhados dez discentes do curso de Serviço Social para participarem da pesquisa, desenvolvida na modalidade de grupo focal, intitulado “Laboratório” sobre o tema “A práxis ética e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa”, onde seriam tratados temas com ênfase na história dos participantes. O encaminhamento dos discentes foi realizado pelos critérios da equipe técnica (incluindo a assistente social). Devido aos trâmites do programa, apenas seis discentes foram encaminhados até à data estipulada para a realização das reuniões. Quatro discentes “chegaram” atrasados e por isso, não foi possível sua inserção no projeto. As seis discentes encaminhadas (dentro do prazo) são do sexo feminino, localizando-se três no último período do curso, duas no sétimo período e uma no sexto período, sendo duas vinculadas ao curso

noturno e quatro ao curso diurno. Nesse processo, realizamos doze reuniões, com periodicidade semanal, iniciando em 18 de dezembro de 2013 e concluindo em 07 de abril de 2014. Nesse período, duas discentes formaram-se (fevereiro/14), uma delas continuou no projeto, já como assistente social graduada; no último mês (março/14), outra discente teve problemas para participar das reuniões devido ao retorno ao município de origem. As seis primeiras reuniões (trajetória das famílias, história de vida, horizontes de ação e valores) contaram com a presença assídua das seis participantes (dezembro/2013 a fevereiro/ 2014). Na segunda etapa (escolha pelo curso de Serviço Social e alteração de valores – março e abril/14) concluímos o trabalho com a presença assídua das quatro participantes.

### **Exposição das informações produzidas no laboratório de pesquisa**

A inserção histórica das participantes concentra-se nas décadas de 1970 (1978), 1980 (1988 e 1989) e 1990 (1992). A trajetória das famílias (avós) indica a vinda para Juiz de Fora em busca de melhores condições de trabalho e de vida. As participantes, com exceção de uma (natural de Guarani), nasceram em Juiz de Fora. A migração das famílias aconteceu dentro do estado de Minas Gerais, com exceção de uma, oriunda do Rio de Janeiro. Essa migração evidencia o lugar do município de Juiz de Fora como um polo de desenvolvimento na região, embora o protagonismo industrial dessa cidade esteja em decadência desde o final dos anos 1980. Durante a década de 1990 mantém-se a estagnação no âmbito industrial, com a tendência de aumento do desenvolvimento econômico no setor de serviços.

Nossas participantes são filhas de famílias oriundas da classe trabalhadora. Seus avós, seus pais vieram em busca de inserção no mercado de trabalho, com qualificação até o ensino fundamental e/ou até o ensino médio. Em todas as famílias, as participantes realizaram o “sonho” dos pais (horizonte de ação familiar) em cursar o ensino superior, sendo as primeiras a fazê-lo. Nesse sentido, elas superaram a escolaridade dos pais, qualificando-se de modo diferenciado para a inserção no mercado de trabalho, em busca de melhores condições de salário e de melhores condições de vida (ascensão social).

Na apresentação oral sobre a sua história, cada participante relatou um conjunto de restrições sociais pelas quais a família viu-se obrigada a trabalhar muito para garantir a sobrevivência. A referência à quantidade de horas dedicadas ao trabalho revela uma “luta” pela sobrevivência, seja em empregos formais ou no mercado informal ou como pequenos empreendedores. Em todas as famílias, as mães assumiram a chefia da casa, em algum momento de suas histórias. Os casamentos (sem exceção) foram motivados pela gravidez

inesperada entre o jovem casal (adolescentes, em torno de 15 a 18 anos), que foi assumido, em primeiro momento pelos avós, sobressaindo o papel dos avós maternos (com exceção de uma família, em que os avós paternos assumiram o casal e acolheram a criança). Todos os casais passaram pela separação, envolvendo conflitos conjugais, na maioria das famílias, com relato de agressão física do pai em relação à mãe. Nos processos de separação as mães e os filhos sofreram a perda do vínculo com o pai (com exceção de duas famílias) e a família ficou prejudicada em relação aos recursos necessários a sua manutenção e sobrevivência. As mães assumiram o lugar de provedoras em relação aos filhos e os criaram com dificuldades financeiras e sequelas afetivas face ao abandono do pai na relação com os filhos. As filhas participantes de nosso grupo relatam com sofrimento essa ausência/abandono do pai. Por sua vez, elas também foram incitadas, desde muito cedo, a responder pelos irmãos, fossem eles mais velhos ou mais novos do que elas. Assumiram entre 10 e 12 anos responsabilidades com as mães e com os irmãos para manutenção da família (com exceção de uma delas). O conjunto das participantes considera-se “oriundo de famílias trabalhadoras que atravessam dificuldades financeiras”. Tal reconhecimento nos pareceu ser difícil para elas, como um “demérito” (algo errado) na sua história familiar e pessoal.

Ainda que a participação feminina tenha aumentado significativamente, igualando a participação masculina e até superando-a em várias inserções no mercado de trabalho, é conhecido por nós o conjunto de pesquisas que denunciam a diferença de salários entre homens e mulheres e os preconceitos ainda atribuídos às mulheres, em sua inserção no mercado de trabalho. Assim, o horizonte de ação, assumido pelas participantes, em relação à inserção em curso superior coloca-se tanto como uma possibilidade quanto como uma necessidade para a integração delas no mercado de trabalho, buscando a superação das dificuldades atravessadas pelo núcleo familiar.

Explicita-se que a alternativa posta não é suficiente para qualificar todos os que queiram qualificar-se para o mercado de trabalho. Esse fato se expressa no percurso para chegar à universidade pública (formação anterior, permanência na escola, qualidade da formação recebida etc.) e na dificuldade de manter-se nela, seja pela questão financeira (que coloca a necessidade de trabalhar e estudar), seja pelo investimento na própria formação, que envolve superar as dificuldades ou as sequelas da formação anterior.

Assim, observamos que o horizonte de ação e os valores nele implicados (trabalho, qualificação profissional, ascensão social, acesso a condições de vida melhores) convergem para a alternativa (restrita) existente (formação superior) e para a possibilidade de uma melhor

inserção no mercado de trabalho, face às condições anteriores. A formação no ensino superior amplia as possibilidades de competição no mercado de trabalho, inclusive para cargos públicos que não exigem formação específica, para os quais a graduação possibilita concorrer.

Um dos valores centrais, expressos nos relatos das participantes, é “trabalhar para vencer na vida”. Considerando que elas assumiram uma condição de responsabilidade face às mães e aos irmãos (com exceção de uma delas), as demais relataram ter trabalhado desde sempre, e continuam nesse esforço efetivo para conseguir uma ascensão social. Esse esforço, do ponto de vista da reflexão ética, é praticamente desumano (hercúleo). Com muito fundamento, elas relatam ter atravessado momentos de adoecimento e de estresse e, a persistência é o que as mantém no caminho de conclusão desse percurso acadêmico.

Trabalhamos então, na segunda fase, a questão da escolha pelo curso de Serviço Social. As alunas apresentaram as razões que motivaram sua escolha, e também os valores e as alternativas que perpassaram essa etapa de suas vidas. Abordamos os horizontes de ação diante das alternativas postas para elas. As histórias individuais novamente convergiram para muitos pontos em comum. Nenhuma delas escolheu o curso de Serviço Social como primeira opção, pelo contrário, “sequer sabiam o que fazia um assistente social”. Duas tiveram como primeira opção o curso de Comunicação/Jornalismo, acreditavam que através da Comunicação Social poderiam ter espaço para falar sobre as “questões da sociedade”. As outras duas, fizeram a escolha primeiro pela Psicologia – uma porque sua tia é psicóloga e a ouvia de um modo diferenciado, principalmente sobre suas questões em relação à situação dos pais que eram separados; a outra, que também pela separação dos pais havia feito terapia com psicólogos, entendia que pela formação em Psicologia poderia superar e entender alguns momentos difíceis de sua história. E outra optou primeiramente pela Arquitetura, pois tinha talento para o desenho.

De acordo com elas, a tentativa pela primeira opção “não deu certo”, pois não foram aprovadas no vestibular para os referidos cursos, exceto uma que ingressou no curso de Serviço Social através do PISM (Processo Seletivo Misto). Da segunda vez em que se prepararam para o vestibular, repensaram a sua opção pelos cursos. Uma, ouviu falar do Serviço Social em contato com algumas pessoas do Cursinho Popular, oferecido pela Prefeitura de Juiz de Fora. Outra optou pelo Serviço Social, principalmente, pelo ponto de corte no vestibular, que na época era um pouco mais baixo, mas uma situação que presenciou de violência de pais contra um filho, a deixou “revoltada” e também a influenciou na escolha do curso de Serviço Social. A terceira optou pelo Serviço Social porque sua tia indicou o

curso dizendo que “ela iria se identificar com a profissão, além de ter mais oportunidades de trabalho”, então procurou conhecer mais do curso e se identificou com o conteúdo oferecido. A outra optou pelo Serviço Social após um teste vocacional, então pesquisou sobre a profissão, fez o vestibular e foi aprovada. A outra mudou de ideia no momento de fazer a inscrição no curso, ficou em dúvida entre Psicologia ou Serviço Social visto que havia desistido de Arquitetura, e levou em consideração o exemplo da irmã que fez Serviço Social.

A situação de restrições sociais pela qual a família passou gerou nelas o desejo de superar as condições da família (pela formação profissional em curso superior), e consequentemente influenciou na escolha pelo Serviço Social, ao ser esta a alternativa viável para a realização de um curso superior em universidade pública.

Antes mesmo de conhecer a fundamentação teórica do Serviço Social, elas afirmam “que já não admitiam injustiça, preconceito, desigualdade social” etc. Apesar de relatarem uma aproximação com alguns dos valores centrais do curso (posicionamento contra as formas de exploração e dominação sociais; indignação com as injustiças sociais, por exemplo), afirmam que após o ingresso na faculdade superaram alguns preconceitos, e veem a sociedade de uma forma diferente, “com um olhar crítico”.

O relato comum a elas é que “os meus valores mudaram, porque hoje penso de forma diferente” [a sociedade, as relações sociais, os preconceitos presentes no senso comum]; tal alteração manifesta-se na defesa de novos valores junto às famílias, até mesmo no debate com a família sobre alguns valores postos na sociedade, como a criminalização do aborto e a discriminação aos homossexuais.

De acordo com as discentes, em seu cotidiano atual, a sua ação ético-moral fundamenta-se nos valores que foram apreendidos no decorrer da formação profissional em Serviço Social. Os elementos destacados referem-se ao respeito às diferenças, ao respeito à liberdade do outro, à consciência de pertencer à classe trabalhadora, que outrora não tinham, e ao respeito e apoio às lutas dos trabalhadores. O processo de reflexão que elas desenvolveram no decorrer do curso de Serviço Social possibilitou compreender que a sociedade é um complexo maior, diferente do que a mídia e o senso comum apresentam.

Mas será que o horizonte de ação delas mudou? Visto que o horizonte de ação dirige-se em busca da formação técnica em curso superior, bem como a inserção em “um bom emprego”, “uma melhor posição social pelo trabalho [qualificado]”? A família de cada uma delas tinha (tem) como valores essenciais o trabalho e o estudo; a família de uma das alunas, especificamente, tinha como valor essencial e primordial o trabalho “digno”, e as outras

famílias valorizavam primordialmente a educação superior para os filhos. Assim, **centralmente, esses valores e o horizonte de ação a eles correspondente não foram alterados.**

### **Considerações finais**

Nossa hipótese inicial era que o horizonte de ação posto pela formação social do indivíduo na sociedade burguesa, limita a práxis ética, limita a possibilidade de consciência e de crítica sobre a ação, assim como a possibilidade de apropriação/criação de (novas) alternativas (Eiras, 2013). Nossa intenção era a de compreender como esse processo ocorre e sua repercussão para a formação do sujeito profissional no Serviço Social.

Pela análise das informações construídas no laboratório de pesquisa observamos que esse processo ocorre pelas determinações concretas que condicionam as alternativas existentes, que por sua vez, expressam posições valorativas que se objetivam no complexo de valores ético-morais hegemônicos socialmente. Assim, a reprodução do horizonte de ação associado aos valores hegemônicos na sociedade burguesa, é condição para a integração dos indivíduos nessa sociedade. Ou seja, diante das alternativas postas ocorrem as escolhas dos indivíduos, as quais são internalizadas como opções individuais, na complexidade de sua formação social.

A reflexão sobre esse processo, a partir das trajetórias e histórias de vida das discentes no decorrer do laboratório, desvelou para as participantes essa dimensão social das suas escolhas. *A convergência de valores e de horizontes de ação não é uma coincidência, mas uma condição posta pelas alternativas concretas existentes.* Embora esse pressuposto esteja presente na fundamentação teórico-metodológica em nosso curso de Serviço Social, houve uma surpresa das participantes ao escutarem nas histórias individuais de cada uma delas, um mesmo tema em comum! Tal reflexão abriu a possibilidade da indagação: *é possível criar novas alternativas que impactem diretamente sobre o horizonte de ação vinculado à inserção através do trabalho nessa sociedade?*

Essa indagação indica que há, por parte das discentes, a aceitação das condições objetivas, e o ato consciente da necessidade de “lutar” pelas alternativas existentes. Por outro lado, também indica um deparar-se com a dureza dessas condições objetivas, que impõem a necessidade de adaptar-se a elas, “movendo-se” dentro delas.

Na história delas, a possibilidade de ascender socialmente (um dos horizontes de ação hegemônicos no capitalismo) torna-se viável pela inserção na universidade pública (ainda que

em um curso menos prestigiado) e pelo Apoio Estudantil que efetivamente, contribui para a permanência delas na universidade.

Por outro lado, foi possível observar que a reflexão crítica realizada no decorrer do laboratório contribuiu no plano analítico para a compreensão dos nexos sociais e das determinações concretas presentes nas histórias individuais. Essa reflexão abre possibilidades para apreender as determinações concretas como uma construção do gênero humano, cujas potencialidades podem ser revertidas em prol dos indivíduos, afetando sua inserção no trabalho e as demandas sociais que atualmente lhe são postas.

Perguntamo-nos sobre o impacto dessas novas mediações na formação do sujeito profissional, principalmente no que se refere à relação com os usuários dos serviços/políticas sociais, considerando, que para o conjunto deles (usuários), a restrição das alternativas concretas (e/ou do acesso a elas) é uma constatação cotidiana. É interessante que durante o laboratório, as discentes identificaram os preconceitos que pairam sobre aqueles que estão vinculados ao Apoio Estudantil. E relacionaram esse preconceito às críticas que são feitas, por parte da sociedade (em geral) às políticas sociais como “manutenção de vagabundos”. Mas, nesse ponto, é necessário avançarmos na pesquisa, envolvendo a relação com os usuários dos serviços/políticas sociais, para compreender a convergência (ou não) de horizontes de ação e de valores ético-morais entre esse novo perfil de profissionais e os usuários de seus serviços.

Para finalizar, entendemos que, contraditoriamente, na sociedade burguesa, torna-se efetivamente necessária a realização da práxis ética e a construção do sujeito ético individual e coletivamente. A complexidade das alternativas concretas abertas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo exige a formação de sujeitos capazes de compreendê-las e de posicionarem-se conscientemente, diante delas. Na condição de classe dominante, a burguesia está restrita aos seus interesses econômicos e sociais. Na condição de classe dominada, os trabalhadores estão condicionados pela alienação de sua força de trabalho ao capital, pela troca de horas de trabalho por salário, por meios de vida, que se convertem no modo de viver hegemônico. É necessário um trabalho coletivo conjugado (intelectuais, movimentos sociais, movimento sindical, partidos políticos etc), que apreenda as alternativas abertas pelo desenvolvimento do capitalismo e as analise no intuito de compreender as possibilidades que abririam aos indivíduos, levando-nos a um novo patamar civilizatório. É necessário construir um novo horizonte de ação social relacionado às possibilidades concretas postas pelo atual desenvolvimento do ser social.

## Referências bibliográficas

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, Gillmaisa M. *Indivíduo e sociedade. Sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

EIRAS, Alexandra A. L. T. S. A práxis ética e o projeto ético-político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa. *Trabalho publicado XIV CBAS*, Águas de Lindóia, outubro de 2013.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Terceira Edição. Alagoas: Unijuí, 2009.

LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix, s/d.

LUKÁCS, George. *O Trabalho* (tradução de Ivo Tonet). In: LESSA, Sérgio. [www.sergiolessa.br](http://www.sergiolessa.br), 2011.

PAIVA, Beatriz A. e SALES, Mione A. A nova ética profissional: práxis e princípios. IN: BONETTI, D. A.(org.). *Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> “No desenvolvimento de sua prática, os sujeitos profissionais são mobilizados e pressionados eticamente, pois compete a eles, e somente a eles, realizar escolhas dentre as diferentes alternativas. (...) Esta tensão remete ao que eu, enquanto assistente social, posso e quero fazer – logo, refere-se ao meu desejo e à minha adesão aos compromissos profissionais. (...) Cabe ao assistente social aliar sua vontade, iluminada pela ética profissional – como intencionalidade de associação, de coletividade, de compromisso – com o seu saber teórico-prático crítico e, ainda, com as necessidades e possibilidades das circunstâncias, do que resultará o produto de sua ação” (PAIVA e SALES, 1996: 179).

<sup>2</sup> Tal pesquisa constitui-se na modalidade de “Iniciação Científica” (IC) vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa (da universidade na qual estou inserida como docente no curso de Serviço Social) que financiou uma discente como bolsista de iniciação científica no período de agosto de 2013 a julho de 2014. À discente de IC, coube o relato de cada reunião e a sistematização do relatório, descritivamente; bem como a leitura de cada relatório elaborado na reunião subsequente. Todos os relatórios, bem como a sistematização das informações, foram discutidos com as participantes da pesquisa.

